

PANDEMIA, AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST E A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PANDEMIA, ACCIONES SOLIDARIAS DEL MST Y LA AGENDA 2030 PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

Angela dos Santos Machado

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
angela.s.machado@unesp.br

Aline Albuquerque Jorge

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
aline.albuquerque@unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
mancano.fernandes@unesp.br

Resumo

O MST tem participado de diversas ações de solidariedade desde o início da pandemia da Covid-19, sobretudo, de doações de alimentos produzidos nos territórios da reforma agrária (assentamentos) e nos territórios de luta pela terra (acampamentos). As doações de alimentos evidenciam a importância da reforma agrária para a produção de alimentos, a redução das desigualdades sociais, a promoção da agroecologia e da soberania alimentar. Todos esses elementos são intrínsecos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, nosso objetivo é evidenciar a importância da reforma agrária e a contribuição dos movimentos para o alcance dos ODS, em um contexto que o Estado caminha na contramão do proposto pela Agenda. Os dados sobre as ações de solidariedade foram levantados nas redes sociais e na página do MST, sistematizados em uma planilha e mapeados com o *software Philcarto*. A discussão dos resultados foi realizada com apoio de bibliografias, de documentos da ONU e de entrevistas com lideranças do Movimento. Nossas análises apontam que os movimentos socioterritoriais têm construído territórios de sustentabilidade que contribuem com os ODS.

Palavras-chave: MST. Solidariedade. Agenda 2030. Pandemia. Reforma Agrária.

Resumen

El MST ha participado en varias acciones solidarias desde el inicio de la pandemia de la Covid-19, sobre todo, donaciones de alimentos producidos en los territorios de reforma agraria (asentamientos) y en los territorios de lucha por la tierra (campamentos). Las donaciones de alimentos muestran la importancia de la reforma agraria para la producción de alimentos, la reducción de las desigualdades sociales, la promoción de la agroecología y la soberanía alimentaria. Todos estos elementos son intrínsecos a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas

(ONU). Por ello, nuestro objetivo es resaltar la importancia de la reforma agraria y el aporte de los movimientos al logro de los ODS, en un contexto en el que el Estado camina en sentido contrario a lo propuesto por la Agenda. Los datos sobre las acciones solidarias fueron recolectados en las redes sociales y en el sitio web del MST, sistematizados en una hoja de cálculo y mapeados con el *software Philcarto*. La discusión de los resultados se realizó con el apoyo de bibliografías, documentos de la ONU y entrevistas con líderes del Movimiento. Nuestros análisis apuntan que los movimientos socioterritoriales han construido territorios de sostenibilidad que contribuyen a los ODS.

Palabras-clave: MST. Solidaridad. Agenda 2030. Pandemia. Reforma agraria.

Introdução

A pandemia de Covid-19 iniciou no Brasil em março de 2020 e assim como em outros países da América Latina aprofundou as desigualdades e a crise econômica e social (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, 2021). O aumento do desemprego, do preço de produtos essenciais, inclusive alimentos, e a implementação de medidas insuficientes por parte do Estado para mitigar os impactos causados pela pandemia sobre a população corroboraram para o crescimento da fome no país. Segundo o relatório publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2020, 116,8 milhões de pessoas viviam algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) (REDE PENSSAN, 2021).

O crescimento da insegurança alimentar também é desdobramento da disrupção de políticas públicas voltadas para o combate à fome, especialmente na atualidade, no governo de Jair Messias Bolsonaro. Uma das políticas afetadas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de comprar alimentos produzidos pelos povos indígenas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, dentre outros, e repassar para escolas, hospitais e instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2020).

É nesse contexto de crise sanitária e aprofundamento da crise econômica e social que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos e instituições realizaram e ainda realizam ações solidárias de combate à fome, que se traduzem na doação de milhares de toneladas de alimentos em todo o país.

Consideramos que além de contribuir com pessoas em situação de vulnerabilidade em um momento de crise, as ações solidárias são formas de os movimentos criarem espaços comunicativos e de socialização política, e de mostrar para toda a sociedade que os acampamentos e assentamentos rurais são territórios camponeses produtivos, cuja centralidade é a produção de alimentos para a população brasileira, e não de *commodities* para o mercado externo, como no caso dos territórios do agronegócio.

Essas ações ainda evidenciam a importância da reforma agrária para toda a sociedade. A reforma agrária é uma política pública de desenvolvimento territorial, que colabora para o combate à extrema pobreza e à fome, o alcance da segurança alimentar e a melhoria da nutrição, o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais, dentre outros.

A reforma agrária, bem como as ações dos movimentos, dialoga e contribui para o alcance de vários dos ODS propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 pode ser compreendida como um território imaterial, disputado e construídos a partir de pautas e interesses de diferentes instituições, que possuem intencionalidades igualmente distintas. Dessa forma, o cumprimento de seus objetivos envolve Estado, empresas, movimentos, igrejas, sindicatos, articulações, entre outras. No governo de Jair Messias Bolsonaro, o país tem retrocedido no que se refere aos ODS da Agenda 2030, sendo que os movimentos socioterritoriais, tais como o MST, têm, através de suas ações, contribuído mais para o alcance dos objetivos definidos pela Agenda 2030 do que o próprio Estado.

Nesse trabalho, pensamos a relação entre a reforma agrária, as ações dos movimentos socioterritoriais e a Agenda 2030, a partir das doações de alimentos realizadas na pandemia. Concentramo-nos naquelas que tiveram a participação do MST, pois esse é um dos principais movimentos camponeses do Brasil, organizado em 24 estados e nas cinco regiões do país. Compreendemos o MST como um movimento socioterritorial, isso porque o território é seu trunfo, é sua razão de ser, quer dizer, é seu objetivo final e o meio estratégico de sua luta (FERNANDES, 2005).

Quando afirmamos que os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo, referimo-nos a uma concepção ampla de território que, para além de espaço de governança, o compreende como espaço apropriado e determinado por relações sociais, como totalidade multidimensional e multiescalar e, também, como material e imaterial

(RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2008). Desse modo, os países, estados, municípios e as propriedades individuais ou coletivas são territórios materiais, formados no espaço físico. Já os paradigmas, as ideologias, as políticas públicas, entre outros, são territórios imateriais, formados no espaço social. Vale ressaltar que o espaço geográfico é entendido como uma totalidade que abarca a materialidade e a imaterialidade, assim como o território que se origina do espaço geográfico (FERNANDES, 2008).

Portanto, consideramos que os movimentos socioterritoriais produzem territórios materiais e imateriais. As ações solidárias são exemplos de territórios produzidos pelos movimentos. Como materialidade e imaterialidade são indissociáveis (FERNANDES, 2008), as ações solidárias são territórios ao mesmo tempo matérias (as cozinhas comunitárias onde os movimentos preparam as marmitas a serem distribuídas, os espaços em que ocorrem as doações etc.) e imateriais (as ideologias e o conjunto de pensamentos que movem a organização e a realização das ações).

Para compreender a dimensão e a espacialização das doações de alimentos, coletamos e registramos em uma planilha *Excel* dados sobre as ações realizadas pelo MST de forma isolada ou em conjunto com outros movimentos e instituições. Registramos dados como a quantidade de alimento doado; o município, o estado e a região em que a ação foi realizada; quais movimentos e instituições participaram das doações e qual público foi beneficiado. Trabalhamos com as informações divulgadas nas redes sociais oficiais do MST, no período de março de 2020 a março de 2021.

A partir do referencial teórico analisamos as ações solidárias. Além disso, com a sistematização dos dados, mapeamos as doações realizadas com uso do *software* Philcarto. Acreditamos que o número de ações e de alimentos doados sejam ainda maiores do que os registrados, tendo em vista as ações que foram efetuadas, mas não foram divulgadas, ou aquelas que foram divulgadas, mas não traziam o dado da quantidade de alimento doado, dificultando nosso registro.

Para compreender com maior profundidade o significado das ações solidárias, sobretudo, para os camponeses acampados e assentados, realizamos também entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST e com apoiadores da luta do Movimento que foram citadas longo do texto. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, utilizamos apenas as iniciais dos nomes de cada um para realizar a identificação das falas.

O trabalho segue dividido em três partes, sendo que na primeira analisamos a amplitude e o significado das ações solidárias na pandemia, com centralidades naquelas que tiveram a participação do MST. Na segunda, relacionamos a reforma agrária com a Agenda 2030 da ONU, mostrando de que forma essa política pode contribuir para o alcance dos ODS propostos pela Agenda, especialmente, os ODS 1, 2, 3, 8, 10, 12 e 16¹. Por último, abordamos brevemente os territórios materiais e imateriais construídos pelos movimentos em suas trajetórias de luta.

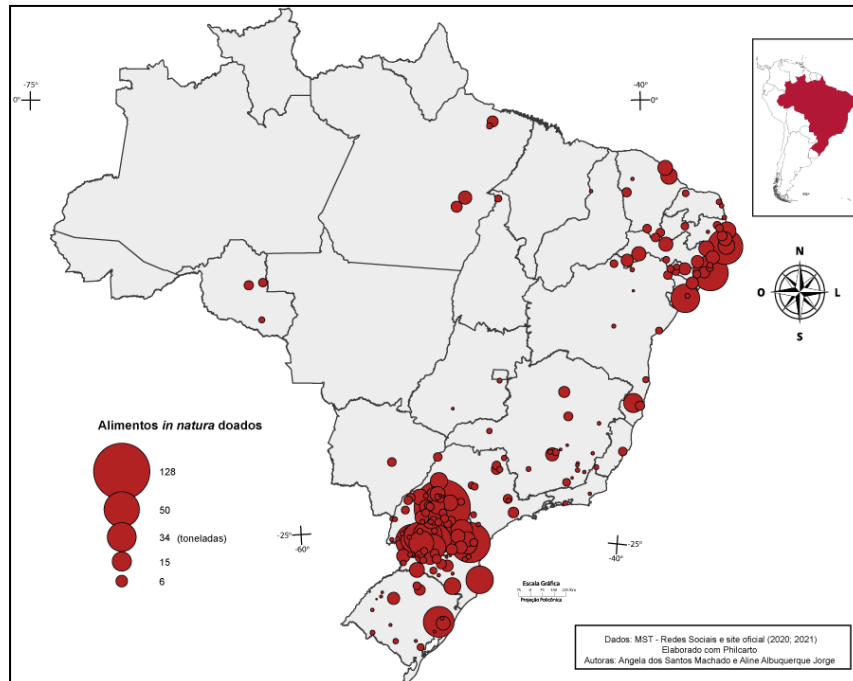
Ações de solidariedade do MST na pandemia

Entre março de 2020 e março de 2021, o MST participou de 474 ações de solidariedade no Brasil que resultaram na doação de mais de 1.760 toneladas de alimentos *in natura* (MAPA 1); 98 mil marmitas (MAPA 2); 9,5 mil cestas de alimentos da reforma agrária (MAPA 3); além de mais de 8 mil pães, 22 mil litros de leite; 2,5 mil cestas básicas fruto de arrecadação; 487 kits de alimentos e produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários em todo o país.

A região Sul do Brasil foi a que teve maior destaque nas ações de solidariedade, com a doação de mais de 50% dos alimentos *in natura*, quase 45% das marmitas e 50% das cestas de alimentos da reforma agrária. A região Nordeste foi a segunda que mais doou alimentos *in natura* – quase 40%. Já a região Sudeste do Brasil teve maior participação na doação de marmitas (36%) e cestas de alimentos (35%) (MAPAS 1, 2 e 3).

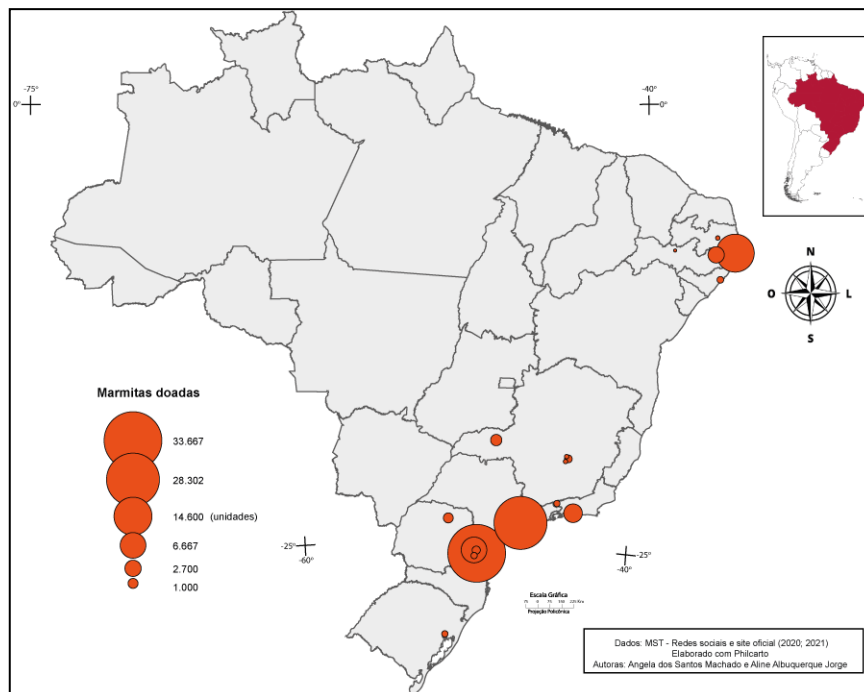
¹ O ODS 1 aborda a erradicação da pobreza; o ODS 2 tem como centralizada a erradicação da fome e a agricultura sustentável; o ODS 3 compreende a saúde e o bem-estar; o ODS 8 trata a respeito do crescimento econômico e trabalho decente; o ODS 10 discute a redução de desigualdades; o ODS 12 é sobre consumo e produção sustentável e o ODS 16 refere-se a justiça social, paz e instituições eficazes.

Mapa 1: Espacialização das doações de alimentos *in natura* realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



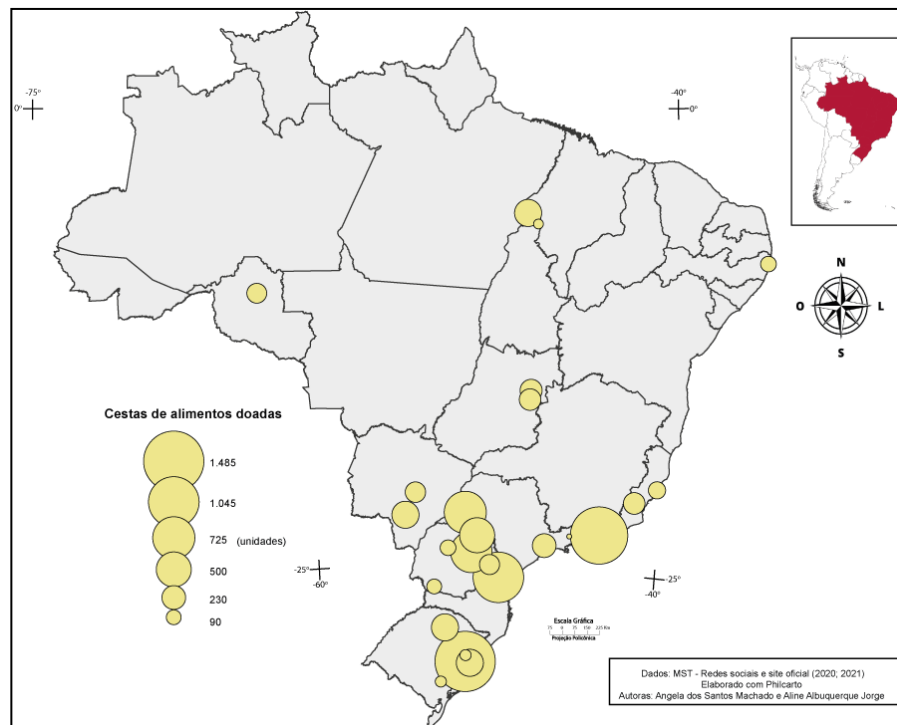
Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Mapa 2: Espacialização das doações de marmitas realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Mapa 3: Espacialização das doações de cestas de alimentos realizadas pelo MST no Brasil (03/2020 - 03/2021)



Fonte: MST – redes sociais e site oficial (2020-2021).

Um das razões que podem ser atribuídas a relevância das ações de solidariedade no Sul do Brasil é que essa região é a pioneira da luta pela terra do MST, onde ocorreu a “gestação” e “nascimento” do Movimento, de acordo com Fernandes (1999, p.39). Assim, os assentamentos da região Sul são os que tem maior tempo de existência e experiência na formação de cooperativas, e conseqüentemente, uma capacidade produtiva elevada.

A seguir, no quadro 1, destacamos algumas ações de solidariedade ocorridas na região Sul do Brasil: Guarapuava (Figura 1), Londrina, Curitiba, Florianópolis (Figura 2), e Rio Grande do Sul. Essas ações foram efetuadas somente pelo MST ou em parceria com outros movimentos, igreja católica, associações de bairros e instituições públicas. Os beneficiados pelas doações foram moradores de comunidades urbanas e periferias, pessoas em situação de rua, institutos, cozinhas comunitárias e instituições públicas que encaminham as doações para pessoas em situação de vulnerabilidade social (Quadro 1).

Quadro 1: Exemplos de ações de solidariedade efetuadas pelo MST e parceiros no Sul do Brasil em 2020

Data	Quantidade de alimentos doados	Propositores da ação	Beneficiados e local das doações
30/05/2020	50 toneladas	MST	Comunidades urbanas de Guarapuava - Paraná
20/06/2020	44 toneladas	Campanha Periferia Viva: MST; Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD); Levante Popular da Juventude; Igreja católica, associações e lideranças de bairro	Periferia de Londrina - Paraná
24/06/2020	700 marmitas	Campanha Periferia Viva: MST e associações de moradores	Pessoas em situação de rua e moradores de bairros periféricos de Curitiba – Paraná
30/06/2020	11 toneladas de alimentos, 1 mil litros de leite e unidades de achocolatados da marca Terrinha	MST	Instituto Padre Vilson Groh; cozinhas comunitárias; movimentos de luta por moradia; Instituto Caminho do Meio e a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) em Florianópolis – Santa Catarina
19/12/2020	12 toneladas de alimentos e 50 caixas de hortaliças orgânicas	Campanha Natal Sem Fome e Periferia Viva: MST; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Ação da Cidadania; União de Vilas e Comitê de Combate à Fome	Periferia de Porto Alegre – Rio Grande do Sul

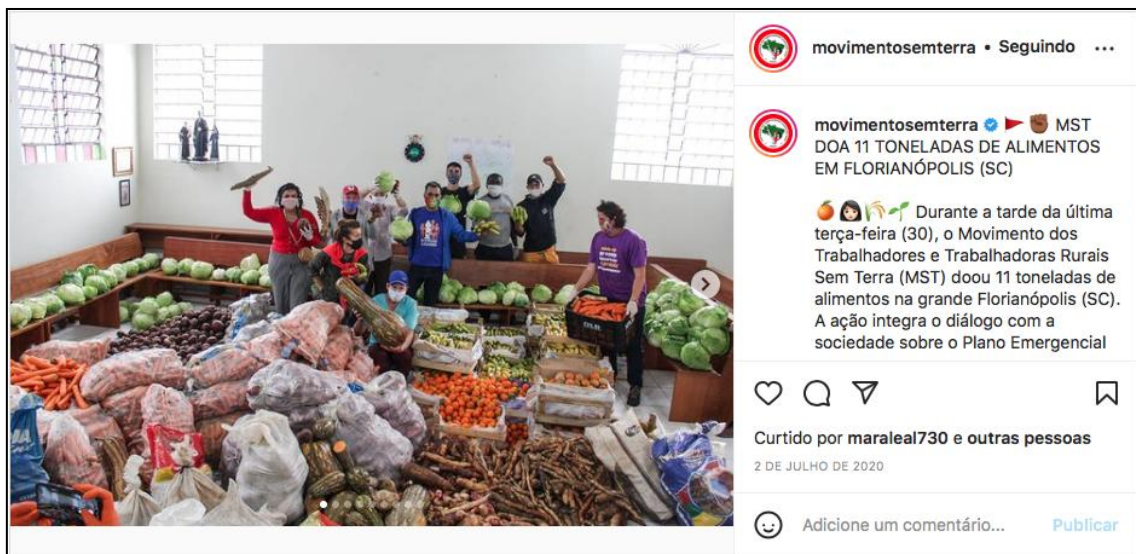
Fonte: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2020a; 2020b; 2020c; 2020d); TEIXERA (2020). **Nota:** A distribuição de Marmitas em Curitiba ocorria semanalmente, sendo que de maio a junho de 2020 foram distribuídas 5.700 marmitas na capital paranaense.

Figura 1: Doação de alimentos em Guarapuava - Paraná



Fonte: Movimento Sem Terra. Instagram, 30 de maio de 2020.

Figura 2: Doação de alimentos em Florianópolis - Santa Catarina



Fonte: Movimento Sem Terra. Instagram, 02 de julho de 2020.

Além dos assentamentos, os acampamentos também contribuíram com as doações, o que mostra que apesar das inúmeras dificuldades, dos poucos recursos e das constantes ameaças de despejo, esses territórios conseguem produzir alimentos e ainda doar para famílias carentes nas cidades e em outros espaços. Um exemplo, é o acampamento Valdeir Roque, localizado em Quinta do Sol no Paraná, que no ano de 2021 participou de 6 ações solidárias realizadas nos municípios da região, resultando na

doação de cerca de 4 toneladas de alimentos, conforme afirma o entrevistado P. S. membro da coordenação do acampamento. Ainda de acordo com P. S, grande parte dos alimentos doados foram produzidos em dois espaços coletivos: a Horta Comunitária Antônio Tavares e o Centro de Produção Agroecológica Pinheiro Machado, criados durante a pandemia com o objetivo de produzir alimentos para as doações e para a alimentação das famílias acampadas.

Dentre as ações realizadas em 2020, o acampamento Valdeir Roque, junto com outros acampamentos e assentamentos da região centro-oeste, doou uma tonelada e meia de alimentos no município de Campo Mourão, beneficiando a Santa Casa e o Comitê de Apoio às Pessoas em Situação de Risco Social do campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2020e).

Como podemos perceber, as doações foram destinadas a comunidades urbanas e indígenas; ocupações; pessoas em situação de rua; cozinhas comunitárias; igrejas; hospitais; além de outras ações não evidenciadas nesse artigo, mas que beneficiaram comunidades quilombolas e rurais; trabalhadores grevistas; asilos; casas de acolhimento de migrantes e refugiados; clínica de reabilitação de dependentes químicos; famílias atingidas por enchentes; e muitas outras.

Houve muitas ações de solidariedade constituídas a partir de campanhas como a Periferia Viva e a Natal Sem Fome, bem como, oriundas de articulações com Organizações Não Governamentais (ONGs); universidades públicas; fóruns e conselhos de segurança alimentar; igrejas; sindicatos; associações; cooperativas; organizações de direitos humanos; defensorias públicas; e movimentos socioespaciais e socioterritoriais como a Via Campesina; o Movimento do Pequenos Agricultores (MPA); o Levante Popular da Juventude; o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Frente Brasil Popular (FBP); e muitos outros.

A articulação entre os movimentos urbanos e camponeses evidenciam a importância da Reforma Agrária Popular que preconiza a união do campo e da cidade na luta pela soberania alimentar e a organização dos circuitos curtos de comercialização possibilitando o acesso da população urbana aos alimentos e o acesso ao mercado consumidor pelos camponeses. As ações de solidariedade demarcam a renovação de estratégias de resistência e promoção da Reforma Agrária Popular (VINHA et al., 2021).

A Reforma Agrária Popular e a alimentação saudável são pautas que articulam inúmeros movimentos socioespaciais e socioterritoriais e outras instituições, possibilitando a construção de agendas comuns de luta que garantem ações com maior amplitude e visibilidade, beneficiando um número elevado de sujeitos.

De acordo com Fernandes (1999), os espaços comunicativos e de socialização política são importantes para a construção da conscientização e organização das lutas. Em cada ação de solidariedade em que o MST atua, o movimento cria a possibilidade de comunicação e socialização, compreendendo diferentes espaços: desde os acampamentos e assentamentos produtores, até o diálogo com trabalhadoras e trabalhadores que recebem às doações nas periferias urbanas, nas ocupações, nas terras indígenas e quilombolas etc.; perpassando pelas cozinhas comunitárias onde os alimentos são preparados. A divulgação nas redes sociais eleva ainda mais a capacidade de dialogar com a sociedade, levando o debate público sobre a importância da reforma agrária à escala nacional e até mesmo internacional.

Conforme assevera o entrevistado N. M., integrante da coordenação do acampamento Valdeir Roque, as doações possibilitam mostrar para a sociedade que os assentamentos e acampamentos são territórios produtivos, que têm como objetivo a produção de alimentos (não de *commodities*) para a população brasileira, assim evidencia o sentido da luta dos movimentos socioterritoriais. Em suas palavras:

As doações têm dois caracteres: um político, porque a gente consegue fazer um trabalho mostrando para sociedade o que significa a terra, não é? Nós vamos mostrar para sociedade que a terra é para plantar soja? Não! Ela é para plantar comida, e daí você vê que o que produz aqui se leva para os centros urbanos. Assim se faz um trabalho de base mostrando a função da terra, não é? Nós não levamos soja para o povo da cidade comer, a gente levou abóbora, feijão, mandioca, e como se produziu? Se produziu nos nossos acampamentos, nossos assentamentos e assim por diante, não é? A gente ajuda a matar a fome da população e ao mesmo tempo justificamos a nossa luta.

As ações de solidariedade revelam a importância da reforma agrária para a produção de alimento, o combate à fome e as desigualdades, evidenciando que essa deve ser tratada como uma questão coletiva e de interesse social. Consideramos que a reforma agrária é uma política importante, que dialoga e colabora em muitos aspectos com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como discutiremos a seguir.

Reforma agrária e agenda 2030 da ONU

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que objetiva até 2030 erradicar a pobreza e a fome; reduzir as desigualdades de renda, de gênero, entre outros, dentro dos países e entre eles; proteger o meio ambiente; assegurar uma vida saudável para todos; garantir padrões de consumo e produção sustentáveis e etc. (ONU, 2015). Esse plano de ação é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e por 169 metas, que foram aprovadas na 70ª Assembleia Geral da ONU, em 2015, dando sequência e ampliando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criados no âmbito da Agenda 21 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, s./d.).

Não pretendemos discutir a viabilidade do alcance das metas da Agenda 2030, nem o conceito de desenvolvimento sustentável, pois seria necessário um artigo específico para abarcar minimamente esses temas. Mas, também não devemos nos abster de reconhecer algumas das principais críticas referidas aos ODS. Gil (2018) aponta que uma das principais críticas aos ODS é que numerosos objetivos são puramente retóricos e que boa parte das metas são idealistas. Um bom número de metas e objetivos são repetições de velhas promessas não cumpridas. Um exemplo seria a meta 17.2 de que os países desenvolvidos deveriam direcionar 0,7% da renda nacional bruta para os países em desenvolvimento. Essa meta vem sendo descumprida desde 1970, em acordos e conferências internacionais sistematicamente não cumpridos.

Além disso, numerosos objetivos são impossíveis de serem cumpridos em razão das decisões adotadas por governantes em muitos países. O objetivo 16, por exemplo, visa a promoção de sociedades pacíficas, enquanto muitos de seus signatários são os principais vendedores de armas do mundo. O objetivo 13 prevê a adoção de medidas para combater as mudanças climáticas, enquanto há países que nem mesmo admitem a existência desse fenômeno. Sem contar os problemas técnicos com relação à falta de dados sobre indicadores importantes para avaliação do desenvolvimento dos ODS em muitos países (GIL, 2018).

Há também a crítica sobre a influência das empresas e fundações privadas, a partir da substituição do financiamento dos Estados pelo setor privado e como isso vem influenciando as metas referentes às relações de produção e consumo, deixando-as mais

toleráveis para o mundo corporativo por meio de ideias como a do mercado de carbono (PIETRICOVSKY, 2015).

É importante reconhecer as limitações e contradições dos ODS, mas também evidenciar quais as mudanças políticas, sociais e institucionais são necessárias para avançar em direção a sociedades mais sustentáveis. A Agenda 2030 é a agenda global mais ambiciosa aprovada internacionalmente para mobilizar ações em torno de objetivos comuns (GIL, 2018).

Por isso, nosso foco aqui não são as ações do governo, nem do setor privado, mas de um movimento socioterritorial vigoroso, o MST, que, talvez inconscientemente, contribui muito mais para os ODS do que os detentores de poder econômico e político.

A Agenda 2030 é um território imaterial disputado por diversas instituições a partir de diferentes intencionalidades, relacionadas tanto à defesa do modelo de desenvolvimento neoliberal quanto à defesa de um modelo de desenvolvimento contra hegemônico. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conciliam pautas reivindicatórias de diferentes instituições, por exemplo: Estados, partidos, empresas, movimentos socioterritoriais, organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, articulações, entre outras. Nesse sentido, a Agenda consiste em um plano de trabalho em escala global que dialoga e envolve diferentes tipos de instituições (JORGE et al., 2022).

Compreendemos que o alcance dos ODS passa necessariamente pela implementação de políticas públicas que contemplem a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território. Partimos de um entendimento amplo de políticas públicas, considerando que elas não partem apenas do Estado, mas que também são construídas pelos movimentos, a partir de suas proposições e reivindicações.

Dentre as políticas construídas a partir das proposições e reivindicações dos movimentos temos a reforma agrária, realizada no Brasil de forma parcial, uma vez que as ações dos governos se basearam majoritariamente na criação de assentamentos rurais, como resposta à luta dos movimentos socioterritoriais, marcada pela ocupação de terras (GIRARDI; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2013). Para os(as) camponeses(as), os assentamentos significam a conquista da terra e representam uma nova fase da luta, em que é preciso conquistar as condições de vida e produção na terra (GIRARDI; FERNANDES, 2008).

Consideramos que a reforma agrária - sobretudo se for realizada de forma ampla e irrestrita, conforme reivindicam os movimentos – consiste em instrumento importante para o avanço do país no que se refere ao cumprimento da Agenda 2030 por se relacionar com vários ODS. Compreendemos a reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento territorial, que tem como centralidade transformar áreas improdutivas ou que não cumprem a função social em áreas produtivas voltadas para a agricultura camponesa/familiar, contribuindo para a correção das injustiças provocadas pelo capitalismo (FERNANDES, 2013)

Dessa forma, entendemos que a reforma agrária, ao proporcionar o acesso à terra, à produção e a melhoria das condições de vida, se relaciona e contribui para o alcance, por exemplo, do ODS 1- Erradicação da Pobreza, que tem entre suas metas a extinção da extrema pobreza para todas as pessoas em todos os lugares; a redução de pelo menos metade dos homens, mulheres e crianças de todas idades que vivem na pobreza; a implementação em escala nacional de medidas e sistemas de proteção social adequados para todos; a garantia do acesso à recursos econômicos, serviços básicos, novas tecnologias, propriedade e o controle sobre a terra (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Paralelamente, a reforma agrária colabora para a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, bem como, para a geração de trabalho decente para todos (ODS 8). Por conseguinte, colabora também para a redução das desigualdades sociais (ODS 10), o que passa pela a geração e aumento de renda da população mais pobre (meta 10.1); o empoderamento e a promoção da inclusão social, política e econômica dos(as) assentados(as) (meta 10.2) e etc.

Outro exemplo é o ODS 2 – Fome Zero, que tem como finalidade erradicar a fome, promover formas sustentáveis de agricultura e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, com atenção especial às crianças menores de cinco anos, adolescentes, mulheres grávidas, lactantes e idosos. As metas desse ODS abrangem ainda questões como a manutenção da diversidade genética, o aumento da produtividade e da renda dos(as) pequenos(as) produtores(as), a garantia do acesso seguro e igualitário à terra, insumos, serviços financeiros e mercados, dentre outros (ONU, 2015).

As próprias doações de alimentos analisadas nesse trabalho evidenciam que os acampamentos e os assentamentos de reforma agrária são territórios produtivos, solidários e necessários para a construção de um projeto nacional de soberania e segurança alimentar. Esses territórios disputam um modelo de desenvolvimento alternativo, assim como há disputas por modelos de desenvolvimento no interior da própria Organização das Nações Unidas. A proposta do MST tem centralidade na Reforma Agrária Popular, baseada na produção de alimentos diversificados, na preservação da natureza e na comercialização em circuitos curtos. Nesse sentido, esses elementos comprovam a potencialidade da reforma agrária para a erradicação da fome, o alcance da segurança alimentar e a promoção de uma agricultura mais sustentável.

Ao mesmo tempo, esses elementos mostram que a reforma agrária também se relaciona e pode contribuir para o alcance das metas do ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, que dentre outras questões, abordam a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais (meta 12.2); o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, reduzindo os danos à saúde humana e ao meio ambiente (meta 12.4); a ampliação do acesso a informação e a conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável e da construção de estilos de vida em harmonia com a natureza (meta 12.8) e a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis (12.7).

Esse último ponto sempre fez parte das pautas reivindicatórias defendidas pelo MST e outros movimentos camponeses, dando origem no Brasil a importantes políticas públicas de mercados institucionais, por exemplo, o PAA, que assim como já mencionamos é uma política que na atualidade vem sendo descontinuada², comprometendo o avanço do país no cumprimento das metas propostas pela Agenda 2030, principalmente, aquelas referentes a erradicação da fome, redução das desigualdades, segurança alimentar, melhoria da nutrição, incentivo ao consumo e a produção sustentáveis.

Outra questão, é que na atualidade a agroecologia consiste em uma das principais pautas defendidas pelo MST e outros movimentos socioterritoriais camponeses, sendo que várias experiências exitosas vêm sendo desenvolvidas nos territórios de reforma agrária (ZARREF, 2018).

² Os recursos destinados ao PAA passaram de 586,6 milhões de reais, em 2013, para apenas 41,3 milhões, em 2019 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2020).

Assim, além de diversificados, muitos dos alimentos produzidos e doados pelos assentamentos são agroecológicos e, portanto, mais saudáveis, o que nos permite entender que, de certo modo, esses territórios contribuem para a melhoria da saúde, através da reposição adequada dos nutrientes e do fortalecimento do sistema imunológico, o que é relevante principalmente considerando o contexto de pandemia. Desse modo, as ações solidárias se relacionam com o ODS 3 – Saúde³ e Bem-Estar, que tem como escopo o acesso universal a saúde e a promoção do bem-estar para todos, em todas as idades e lugares (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A importância do consumo de alimentos agroecológicos para a saúde é evidenciada pelos(as) consumidores(as) da sacola agroecológica comercializada pelos camponeses do assentamento Guanabara, localizado em Imbaú, no estado do Paraná. A sacola agroecológica é uma iniciativa de um grupo de assentados(as), que semanalmente entregam em domicílios do município vizinho de Telêmaco Borba produtos como batata doce, beterraba, cenoura, feijão, leite, queijo, ovos e hortaliças. Segundo a consumidora entrevistada E. S, a produção de alimentos agroecológicos do assentamento é um trabalho essencial, uma questão de saúde:

Olha, pra mim o trabalho deles é fundamental, faz tempo já que nós compramos deles, não é? Eu só compro deles na verdade, para nós a questão da saúde é fundamental, eu tenho seis netos, cinco que comem aqui, é o trabalho que a gente precisa, na verdade. Essa sacola para nós é vida! Eu compro desde quando eles começaram, já tem mais de cinco anos. Para nós eles trazerem na porta de casa é uma benção, porque a gente não teria como ir lá buscar.

Além de contribuir para a melhoria da saúde por meio da produção, doação e comercialização de alimentos saudáveis (livres de agrotóxicos) em escala local e a preço justo, a questão da saúde é bastante discutida dentro dos assentamentos e acampamentos, especialmente durante a pandemia, período em que vários territórios se organizaram para repassar informações sobre os cuidados necessários, produzir e doar máscaras de tecido, preparados homeopáticos e produtos de assepsia. Um exemplo foi a ação realizada em abril de 2020 pela Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), localizada no assentamento Santa Maria, em Paranacity (PR), que doou 60

³ Compreendemos que o conceito de saúde é mais amplo e complexo do que o proposto pela ONU. Além disso, existem diversos problemas relacionados ao acesso aos serviços de saúde públicos, sobretudo nas áreas rurais. Apesar dessas questões serem bastante pertinentes, nosso objetivo aqui é tão somente relacionar as ações de solidariedade do MST e o ODS 3.

litros de álcool 70% para o Hospital Municipal Doutor Santiago Sagrado Begga, também localizado em Paranacity (STURMER, 2020). Ademais, a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) esteve presente nas campanhas construídas pelo MST e outros movimentos na pandemia.

Por último, analisamos que a reforma agrária ainda dialoga com o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, pois contribui para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável e para a redução das violências, sobretudo, as praticadas contra as famílias acampadas e envolvidas em disputas por terra. A reforma agrária também é uma questão de justiça social, considerando o histórico de exploração e desterritorialização que marca a questão agrária brasileira.

Consideramos a reforma agrária um processo multidimensional, isto é, que envolve todas as dimensões do território. Por essa razão, essa política se relaciona e tem a potencialidade de colaborar com o alcance de vários ODS da Agenda 2030, conforme buscamos mostrar nesse trabalho. Nesse sentido, entendemos que a reforma agrária interessa a toda a sociedade, pois ao possibilitar o acesso à terra, o crescimento econômico, a redução da desigualdade social e a produção de alimentos diversificados, de modo sustentável, para serem comercializados localmente e a preço justo, essa política beneficia tanto a população camponesa como a classe trabalhadora urbana.

Todavia, nos últimos anos, ao invés de promover, os governos têm descontinuado a política de reforma agrária⁴. Na atualidade, no governo de Jair Messias Bolsonaro, esse processo é ainda mais grave, pois a reforma agrária foi praticamente paralisada e políticas públicas essenciais para o desenvolvimento dos territórios camponeses foram interrompidas e descontinuadas (FERNANDES et al., 2020). Apesar do contexto desfavorável, os movimentos ainda conseguiram se organizar e realizar ações solidárias na pandemia, revelando para a sociedade a produtividade dos territórios camponeses.

Movimentos socioterritoriais construindo territórios sustentáveis

De acordo com o DATALUTA (2020), entre 1979 e 2019, 9.529 assentamentos foram criados no Brasil, beneficiando 1.095.883 famílias e distribuindo uma área de 82.496.027 hectares para a reforma agrária. A região Norte concentra 74,2% da área

⁴ Em 2019, apenas 2 novos assentamentos foram criados, o menor número da série histórica desde 1985 (DATALUTA, 2020).

destinada à reforma agrária e 22,8% das famílias assentadas, seguida pela região Nordeste com 12,8% da área dos assentamentos e 45,9% das famílias assentadas. No Centro-Oeste brasileiro está 10,1% das áreas dos assentamentos e 13,4% das famílias; no Sudeste 1,9% e 9,1%, respectivamente; e, por fim, a região Sul que tanto se destaca nas ações de solidariedade compreende apenas 1% da área dos assentamentos e 8,8% das famílias assentadas.

Como podemos perceber, os números da reforma agrária refletem as disparidades do território brasileiro. No Nordeste é onde estão assentadas quase metade de todas as famílias no Brasil, em uma área muito menor do que a destinada à reforma agrária na região Norte. O Sul tem apenas 1% das áreas de assentamento e, mesmo assim, como vimos na seção 1, produz e doa muito alimento.

Nesse artigo, não temos a pretensão de analisar a distribuição espacial dos assentamentos, mas apenas avaliar a importância dos territórios construídos pelos movimentos de luta pela terra. Vale ressaltar, ainda, que não existe apenas o MST envolvido na conquista desses territórios, mas, ele é um dos movimentos socioterritoriais protagonistas nessa frente de luta.

O relatório DATALUTA (2020) evidencia que os momentos de maior conquista de novos assentamentos foram os que tiveram maior pressão dos movimentos socioterritoriais por meio das ocupações de terra. E que nos últimos anos tem diminuído cada vez mais a criação de novos assentamentos. Em 2019, por exemplo, apenas 2 novos assentamentos foram criados, em contraposição ao ano de 2005 em que foram criados 872 novos assentamentos (maior número da série histórica). Vale destacar que a titularização de terras vem se configurando como uma política nas gestões de Temer e Bolsonaro, com a expedição de milhares de títulos definitivos e contratos de concessão de uso que aprofundam a disputa pelos territórios e beneficia o mercado de terras (FERNANDES *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, a violência no campo e os conflitos por terra crescem vertiginosamente e os estados que integram a Amazônia Legal são os maiores focos de conflito. De acordo com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (2020), houve 1.254 ocorrências de conflitos por terra, em 2019, o maior número registrado em toda a série histórica pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma média de 3,3 conflitos por dia.

Apesar da paralisação da reforma agrária e do aumento da violência no campo, os movimentos socioterritoriais vem construindo seus territórios por décadas no Brasil. De acordo com o MST, somente este Movimento foi responsável pelo assentamento de 400 mil famílias, a criação de 1900 associações, 160 cooperativas e 120 agroindústrias (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2022). Além disso, podemos mencionar os incontáveis projetos de vendas de cestas agroecológicas espalhados pelo Brasil, a rede de lojas Armazém do Campo e até mesmo a entrada do MST no mercado financeiro, por meio do Finapop para captar recursos para as cooperativas (SEGALLA, 2021).

Entendemos os acampamentos, assentamentos, cooperativas, lojas, feiras, cestas agroecológicas, o Finapop e as ações solidárias como formas de territorialização do Movimento, isto é, a expansão de seus territórios e a construção de novos territórios (FERNANDES, 2005). O território é multidimensional e isso significa que os Movimentos produzem territórios materiais (físicos) e também imateriais (mercado financeiro e o campo das ideias em geral) que abrangem diferentes dimensões: cultural, política, social, econômica, ambiental etc.

O MST vem construindo um amplo território imaterial com a defesa de determinadas pautas, tais como a reforma agrária popular, a agroecologia, as políticas públicas para a agricultura familiar, a soberania alimentar, dentre outras, que se relacionam os ODS, como vimos anteriormente.

Os territórios materiais e imateriais são interdependentes, pois para que a agroecologia, por exemplo, possa ser colocada em prática, é preciso terra para a produção. Da mesma forma que a terra para produzir alimentos saudáveis precisa do campo das ideias da agroecologia.

As doações de alimentos produzidos nos territórios da reforma agrária evidenciam a capacidade produtiva dos assentamentos, mesmo sem o incentivo e apoio do Estado, além de evidenciar a potência da articulação de diferentes movimentos e instituições em torno da pauta da alimentação. Além disso, o Movimento vem demonstrando capacidade de produzir diferentes alternativas para levantar recursos para as cooperativas e comercializar a produção.

As ações de luta pela reforma agrária, por melhores condições para a produção camponesa e por meios de comercialização que garantam melhores rendas para as

famílias assentadas contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais vêm estabelecendo parcerias para esse fim, como sugere a ODS 17. No entanto, falta um compromisso real do Estado brasileiro para o cumprimento dos ODS, caso existisse a vontade política de buscar um desenvolvimento não somente econômico, mas também social para o país, os movimentos seriam vistos como aliados e não como inimigos.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/14998-7 e processo nº 2020/15045-3. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Considerações finais

As ações de solidariedade do MST e de outros movimentos socioterritoriais são reveladoras da capacidade da agricultura camponesa de produzir alimentos em quantidade e qualidade que garantam a segurança alimentar e nutricional da população.

A pandemia da Covid-19 acirrou a problemática da fome e a importância das políticas públicas que promovem a produção e a distribuição de alimentos saudáveis. Infelizmente, o governo brasileiro vai na contramão da criação de uma estrutura de garantia da soberania alimentar e, portanto, também não contribui para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, o MST tem mostrado a importância da reforma agrária e seus resultados, doando toneladas de alimentos para diferentes setores da sociedade que necessitam de comida neste momento tão difícil para o Brasil e para o mundo. A partir dessas ações, o Movimento também dialoga com a sociedade e reivindica uma Reforma Agrária Popular e políticas públicas de apoio à agricultura camponesa.

Os movimentos socioterritoriais estão promovendo muitas ações que vão ao encontro dos ODS. No entanto, sabemos que os mais poderosos para contribuir com uma verdadeira mudança são os que detém o poder econômico e, infelizmente, os seus interesses são, muitas vezes, prejudiciais ao cumprimento dos ODS. Além disso, os

governos são coniventes com as empresas que apenas querem lucros e, até mesmo, atacam e criminalizam os movimentos socioterritoriais, como vemos no Brasil.

Portanto, precisamos de uma mudança paradigmática e nisso os movimentos também estão trabalhando, construindo territórios imateriais (ideias e concepções) que possibilitem um novo entendimento sobre a agricultura e a alimentação que, por sua vez, possam ser basilares para a construção de novos territórios da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego, **CEPAL**, 4 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em 08 mar. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab**, v. 27, Brasília: Conab, 2020.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_-_2020>. Acesso em 28 fev. 2022.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999). **Tese** (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Nera**, ano 8, n. 6, 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando no território dos territórios. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 191-205.

FERNANDES, B. M. *et al.* A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 145, p. 2-13, jan. 2020.

FERNANDES, B. M. *et al.* A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 4, p.333-362, 2020.

GIL, C. G. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

JORGE, A. A. et al. Nota conceitual aplicabilidade dos ODS na pesquisa: movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 169, p. 1-7, jan. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **50 toneladas de solidariedade no paraná.** Guarapuava. 30 mai. 2020a. Instagram:

@movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CA0ZxG8h2Y6/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **3 mil famílias da periferia de Londrina recebem alimentos do MST.** Londrina. 21 jun. 2020b.

Instagram: @movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CBsuDpCBSvr/>>. Acesso em 10 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dia de marmita agroecológica em Curitiba.** Curitiba. 24 jun. 2020c. Instagram: @movimentosemterra. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CB1ezfthl7y/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST doa 11 toneladas de alimentos em Florianópolis (SC).** Florianópolis. 2 jul. 2020d. Instagram:

@movimentosemterra. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CCJCZhuBvh9/>>. Acesso em 12 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Santa Casa e Comitê da Unespar recebem doao de alimentos do MST em Campo Mourão-PR. **MST**, 11 mai. 2020e. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/11/santa-casa-e-comite-da-unespar-recebem-doacao-de-alimentos-do-mst-em-campo-mourao-pr/>>. Acesso em 13 nov. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa produo. **MST**, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em 28 fev. 2022.

ORGANIZAO DAS NAOES UNIDAS – ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Traduo de Centro de Informao das Naoes Unidas para o Brasil (UNIC RIO). Rio de Janeiro, 2015.

PEIXOTO, Â. M. M.; OLIVEIRA, A. R. Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. **Confins**, Paris, v. 48, p. 1-20, 2020.

PIETRICOVSKY, I. Organizações preparam protesto contra Objetivos da ONU para Desenvolvimento Sustentável. [Entrevista cedida a] Amélia Gonzalez. **G1**, 2015.

Disponível em: <

<https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/organizacoes-preparam-protesto-contras-objetivos-da-onu-para-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em 14 jun. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **As perguntas mais frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, s.d. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/undp-br-ods-FAQ%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/undp-br-ods-FAQ%20(1).pdf)>. Acesso em 08 mar. 2022.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

SEGALLA, V. Em duas semanas, cooperativas ligadas ao MST captam R\$ 17,5 mi para a agricultura familiar. **Brasil de Fato**, 15 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/15/em-duas-semanas-cooperativas-ligadas-ao-mst-captam-r-17-5-mi-para-a-agricultura-familiar>>. Acesso em 28 fev. 2022.

STURMER, D. Cooperativa do MST doa álcool 70% para hospital no Paraná. **MST**, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/02/cooperativa-do-mst-doa-alcool-70-para-hospital-no-parana/>>. Acesso em 20 jun. 2021.

TEIXEIRA, M. Campanha Natal Solidário: A magia do natal fluindo através do povo organizado. **MST**, 20 dez. 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1vPxBxPreDzCqF2zbZ_4DFEEiAdQx1TXC>. Acesso em 25 jan. 2021.

VINHA, J. F. de S. C. *et al.* Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In: VASCONCELOS, D. B. *et al* (Orgs.). **Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia**. São Paulo: FFLCH/ USP, 2021.

ZARREF, L. Agroecologia e o MST. **MST**, 24 out. 2018. Disponível em:

<<https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>>. Acesso em 25 jan. 2021.

Entrevistas Citadas

Entrevista concedida por P. S, membro da coordenação do acampamento Valdeir Roque. **Entrevista I** [2022] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Acampamento Valdeir Roque, Quinta do Sol, 2022.

Entrevista concedida por N. M, membro da coordenação do acampamento Valdeir Roque. **Entrevista II** [2022] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Acampamento Valdeir Roque, Quinta do Sol, 2022.

Entrevista concedida por E. S, consumidora da sacola agroecológica comercializada pelo assentamento Guanabara. **Entrevista III** [2021] Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Assentamento Guanabara, Imbaú, 2021.

Recebido em 11/03/2022. Aceito para publicação em 27/05/2022.
--